



Fixação dos limites definitivos entre Pernambuco e Alagoas

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO
MINISTRO DA JUSTIÇA AO PRE-
SIDENTE DA REPÚBLICA

DECRETO-LEI DO INTERVENTOR
JOÃO DOMINGUES

“O Excmo. Sr. General do Exército Henrique Gaspard Dutra, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em representação a este Ministério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística manifestou o desejo de que a 29 do corrente mês, data comemorativa do seu 10.º aniversário, fossem pelas Interventorias Federais nos Estados de Pernambuco e Alagoas, baixados os decretos-les necessários à ratificação do convênio de limites entre os dois Estados, assinado na cidade de Maceió em 2 de abril último. Nada mais justo se me afigurou do que a escolha dessa data para a realização de ato de tal relevância que acabara da vez com as controvérsias que por tantos anos existiram sobre o assunto. Com efeito, entre os incoartáveis e relevantes serviços que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em um decênio de existência, lá prestou ao país figura o de haver colaborado eficientemente para que a antiga presidência chegasse a uma honrosa solução. Para que esse auspicioso resultado fosse atingido, concorreram sem dúvida, de modo decisivo, a elevação de vistas, o patriotismo e o espírito consultivo dos delegados de V. Excia. na administração dos dois Estados, Interventores João Domingues da Silva e Edgar de Góes Monteiro, cuja superior atenção ao caso nunca seria demasiado engrasçar. Dando o meu apoio à proposta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, permitto-me sugerir adoção para os decretos-les a serem baixados, do texto oferecido pela Interventoria Federal em Pernambuco, junto por cópia. Ao ter a honra de submeter o assunto à superior consideração de V. Excia., seja-lhe lícito formular votos porque com igual elevação e com igual patriotismo sejam sempre encaminhados e resolvidos os casos dessa natureza, que ainda não tenham sido solução definitiva. Aproveito a oportunidade para retribuir a V. Excia. os protestos do meu mais profundo respeito. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1936.

(a) Carlos Luz. — Nessa exposição foi proferido o seguinte despacho: “Autorizado. 28-5-46.”

(a) R. Dutra.”

DECRETO-LEI N.º 1339, DE 29
DE MAIO DE 1946.

O Interventor Federal no Estado de Pernambuco, usando da atribuição que lhe confere o art. 5.º do Decreto-lei federal n.º 1.220, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Presidente da República,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica integralmente aprovado o convênio definitivo de limites entre os Estados de Pernambuco e das Alagoas, assinado na cidade de Maceió nos 2 de abril do corrente ano, pelo Dr. Manoel Carneiro do Rego Melo, representante de Pernambuco, e o Interventor Federal no Estado das Alagoas, Sr. Edgar de Góes Monteiro.

Art. 2.º — É conhecida a análise fiscal n.º 6 a data deste Decreto-lei aos moradores da região

fronteiriça, relativamente aos impostos que guisaram de pagar à Fazenda Estadual ou Municipal em consequência de incerteza da jurisdição a que pertenciam.

§ Único. — As fazendas ou partes destas porventura desmembradas para território deste Estado, somente ficarão sujeitas aos respectivos impostos a partir da data da publicação do presente Decreto-lei.

Art. 3.º — Constitui parte integrante deste Decreto-lei, e com ele será publicado, o Convênio a que se refere o art. 1.º.

Art. 4.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

(Ass.) João Domingues da Silva
Carvalho Marinho da Silva
João Rosendo Carneiro de Albuquerque
Munio Coutinho
Paulo Parillo
Aguiar de Godol Magalhães.

CONVÊNIO DEFINITIVO DE LIMITES ENTRE OS ESTADOS DAS ALAGOAS E DE PERNAMBUCO

Aos dois dias do mês de abril de ano de mil novecentos e quarenta e seis, na cidade de Maceió, após entendimentos entre o Governo das Alagoas, representado por seu Interventor Federal Senhor Edgar de Góes Monteiro e o Governo de Pernambuco, por delegação especial, representação do Dr. Manoel Carneiro do Rego Melo, Presidente da Comissão do Delito Administrativo com o intuito de fixarem definitivamente os limites entre os dois Estados dentro das normas do Decreto-lei Federal n.º 311, de 2 de março de 1938, e tendo em vista a cláusula XII do Convênio preliminar de 23 de julho de 1943 e os trabalhos topográficos realizados de acordo com o mesmo Convênio preliminar, com a direção técnica do Conselho Nacional de Geografia, os representantes legais dos dois Estados estabeleceram, como limite definitivo, para todos os efeitos, a seguinte linha:

Começa na embocadura do rio Moxotó no de S. Francisco, tendo o Marco Principal n.º 1, enraçado em terreno alagoso, o qual assinala o extremo ocidental de toda a linha, bem como do Estado das Alagoas; pelo trilvegue do Moxotó, a montante, até a barra do riacho Mangrú ou Colte; pelo leito deste, águas acima, até a boca do riacho Parafuso, subindo-o até a foz do córrego da Pedra, e continuando por este até a sua nascente; daí, por uma reta que finda no Marco Secundário n.º 1, posto em a nascente do córrego da divisão, desce-o até o ponto onde suas águas se confundem com as do córrego Poelinhos; continua descendo pelo alveo deste até sua embocadura no riacho Gravata; sobre pelo leito do Gravata à foz do riacho da Maciente, e por este, a montante, até a barra do riacho Sanharó ou das Jacintas, subindo-o afada até a sua vertente; prossegue passando pelo centro de Lagoa Funda, indo alcançar o divisor de águas, que é a cumada das serras de D. José, dos Pires, da Limeta, do Carrapicho e do Enva, atingindo o pico do Enva, ficando o povoado deste nome em território alagoano, o onde toma o rumo nordeste para encontrar na sua da mesma serra, a cabeceira do riacho do Toná, des-

cendo-o até a sua foz no riacho das Cabanas; pelo Alveo deste, a jusante, à barra do riacho das Quelmadias, sobre-o até confrontar a embocadura do córrego Manuel Pita e, por este, à sua nascente, de onde, por uma reta, vai à vertente do riacho Laranjeiras, descendo pelo leito deste até o ponto onde suas águas se juntam às do riacho Capia; por este continua descendo, até a barra do riacho da Libela; daí, por uma reta, vai para o cimo do serrote da Pedra Vermelha, de onde, por outra reta, alcança a nascente do córrego do Sítio; desce-o até a sua boca no riacho Pedra da Bola; continua descendo pelo Alveo deste até o rio Ipanema, sobre pelo trilvegue do rio, até confrontar a barra do riacho da Tapera e, daí por uma reta, para a embocadura do córrego da Divisão no riacho da Camuranga, divisa de Malazinha com Pinhão, 563 metros, em reta, a sudoeste do divisor Camuranga-Gaigadinho ou Tanquinho; pelo córrego, águas acima, até a sua nascente; deste ponto, por uma reta, para o cume da serra Branca ou dos Peixotos; continua por uma linha quebrada cujos vértices estão, a seguir, no ponto mais alto do morro da Graiba, no cimo do serrote Manuel dos Santos, no de serra do Guad, no do Serrote do Pajé e no da Pedra do Coxinho, laje no leito do riacho dos Dois Riachos; sobre pelo leito do riacho até a passagem da Arca (vai no referido curso d'água), de onde, com o alizute verdadeiro de 139.º 35', transpõe a Laje Preta e alcança o Marco Secundário n.º 2, na cumada da serra do Estacoi ou Estacoi; prossegue por uma linha quebrada, estando sucessivamente, os vértices no centro da lagoa da Várzea (com 142.º 35' alizute verdadeiro), no ponto mais alto dos serrotes do Cabeleira e do Lençol, sendo este o ponto culminante da serra Branca, onde se encontra o Marco Principal n.º 2, assinalador do extremo meridional de todo o limite; prossegue por uma reta no sentido sudoeste verdadeiro, até atingir o ponto mais alto no lombo da serra do Nicolau, de onde inflete para a direita 21.º 35', terminando dita reta na lagoa Pequena do Pedro Vicente, em a extremidade sudoeste da chá da serra da Quilaba; prossegue com o alizute verdadeiro de 14.º 25' para 627 metros, até atingir o divisor denominado Meio do Mundo, de onde rumo para noroeste e galga o lombo da serra da Bananeira, na qual atravessa pelo centro a lagoa Grande; prossegue pela cumada das serras do Retiro ou do Cel. Salustiano, do Mocambo e dos Cavalos, tendo passado pelo meio das lagoas do Mungu e do Pajé; desce a serra pelo seu extremo nordeste e alcança o alto do Ventoso; daí, com o alizute verdadeiro de 45.º 45', tinge a nascente do principal formador do riacho Salgadinho, na qual se encontra o Marco Secundário n.º 3, e por todo ele e depois pelo Salgadinho, até o riacho dos Flores; por este, descendo, até a sua embocadura no riacho Trópico; continua por uma reta com o alizute verdadeiro de 97.º 30' para o Topete Alto, na serra dos Flores, e por outra de 88.º 30', em alizute verdadeiro, para a nascente do riacho Baixo da Lajinha, descendo-o até a sua foz no riacho Cana; por este, rumo a baixo, até o riacho do Balçoço,

descendo-o até a embocadura do córrego Lumbari ou Alabari; sobre-o à barra do córrego São, no lugar Baco; daí, por uma reta, com 57.º 10', alizute verdadeiro, para o Marco Secundário n.º 4, no ponto mais alto do lajeado do Trópico, e por outra, de 73.º 30', alizute verdadeiro, para a boca do riacho Perleto no rio Paraíba, no lugar Cruz de São Miguel; continua pelo riacho a montante, até a barra do riacho da Risada, subindo-o até a sua vertente na lagoa do Piauí, no lugar Liberata, de onde a divisa prossegue por uma linha quebrada, encontrando-se as inflexões nos altos das serras da Liberata, da Carrapueira, do Timbó, do Franca, da Bola e Lima, respectivamente, com os alizutes verdadeiros de 55.º 40', 91.º 40', 91.º 40', 47.º 05', 70.º 05', 102.º 05' e 74.º 40'; continua por uma reta para a cabeceira do ribeiro Mundauim ou Mundauim com alizute verdadeiro de 53.º 40'; desce-o até a barra do córrego do Morcego, seu tributário pela margem esquerda vindo da propriedade do mesmo nome; daí, por uma reta para o meio do primeiro degrau da cachoeira das Escadas, de onde, por uma reta, para o extremo sul da serra do Cururú, e por este divisor, até atingir o alto do Fundão; daí, parte, em reta, para a pedra do Balaço, à margem esquerda do riacho do Marquês; continua por uma reta de 12.º 00', em alizute verdadeiro, que flui na lagoa de Henrique Jorge, e por outra, com 41.º 60', alizute verdadeiro, a terminar no ponto mais alto da serra do Chapéu de pena ou do Engenho Velho; pela sua cumada, em direção oriental, até um ponto a 225.º 00', alizute verdadeiro da cabeceira do riacho Armas Pratas; em reta alcança dita nascente e desce o curso d'água até o riacho do Engenho Novo, e por este abaixo, até o da Ilha dos Ratos; desde o da Ilha dos Ratos até a sua confluência com o do Marcello, formadores do Ribeirão Munguba; daí, por uma reta, em alizute verdadeiro igual a 16.º 55', para o Marco Secundário n.º 5, na chá da serra da Munguba, ao norte da vila do igual nome, de onde prossegue, pela cumada, no sentido oeste-leste, passando pelo centro da lagoa da Munguba, do extremo oriental da serra, pelo divisor, rumando para leste-nordeste, alcança o Marco Secundário n.º 6, no primeiro alto, o qual, em alizute verdadeiro fica a 73.º 00' da lagoa da Munguba, prossegue com os alizutes verdadeiros de 49.º 10' e 42.º 25', respectivamente, para o 3.º e 3.º alto, entre os quais fica o ribeiro Inhumans ou Anhumans; do terceiro, com os alizutes verdadeiros de 62.º 55' e 46.º 25', atingindo os altos 4.º e 5.º, tendo flui da sobre aquele o Marco Secundário n.º 7; do marco n.º 6, em alizute verdadeiro igual 11.º 40', para a vertente do córrego do Coruro, descendo-o até a sua embocadura no ribeiro do Espírito, e por este, a jusante, até a boca do riacho Pernambucoquinha ou Maria Major, em seguida sobre pelo alveo do riacho até a sua cabeceira, de onde, com o alizute verdadeiro de 39.º 25', vai ao alto do Pinto; e daí, com 26.º 20', alizute verdadeiro, para o Marco Secundário n.º 8, na chá da Pedra Fica, em Urucubá; deste ponto, por uma reta de 57.º 25', alizute verdadeiro, alcança o pico do Canivete, no lugar Manacá; continua em geodésia, atravessando em senti-